

Exclusão alimenta facções criminosas, aponta estudo

Segurança. Especialista em Ciência Política da **Unicamp** diz que crime organizado cresce na medida em que governo não cria políticas públicas

O sistema carcerário do Brasil funciona numa lógica que nega a cidadania do detento, empurrando-o para os braços de organizações criminosas e fortalecendo a expansão e economia das facções que agem dentro e fora dos presídios. A constatação faz parte de pesquisa realizada pelo doutor em Ciência Política pela **Unicamp** (**Universidade Estadual de Campinas**), Paulo de Tarso da Silva Santos.

Na avaliação de Santos, a negação da cidadania do detento começa no momento da prisão porque o governo encara a detenção como instrumento de vingança e não como forma de recondução.

“Prendemos muito e prendemos mal. Hoje não há um modelo de recondução desse detento para que ele possa ter oportunidades futuras. A negação da cidadania ocorre enquanto ele está preso e depois que ele sai da prisão. O detento fica preso, mas sabe que, mesmo quando sair,

“Quem está submetido ao crime, pensa: ‘se o Estado não está me dando nada, esses aqui [as facções] estão’”

PAULO DE TARSO SILVA SANTOS, PESQUISADOR

não será aceito, não terá oportunidades. É necessário entender o papel da pena. A pena não pode ser tratada como vingança. O modelo nos reproduz a pena como vingança. Hoje, infelizmente, o estado destrói a cidadania quando ele afeta a escola pública, quando ele deteriora o serviço público de saúde, quando há uma distribuição desigual de renda”, esclarece o especialista ao defender que a oferta de serviços públicos de qualidade é fundamental para solucionar os problemas da segurança pública.

“Aí as pessoas podem se perguntar ‘então se construir escola não vai ter bandido?’.



É lógico que pode ter, mas a partir do momento que há desenvolvimento isso diminui. Mas é preciso ter um governo para fazer moradia, saúde e transporte. É uma lógica econômica. Quando tudo funciona, o gasto com se-

gurança diminui. Porém, esse debate não funciona no Brasil. Para eles é melhor ter aparato policial repressivo que construa esse modelo falso de que as coisas funcionam. A crise nos presídios só será solucionada quando esse de-

bate sobre políticas públicas for feito de forma coerente e verdadeira”, diz Santos.

Na tese que avalia a situação do sistema prisional brasileiro, o pesquisador constatou que a exclusão da cidadania do detento favorece a expansão das facções criminosas. “Se o criminoso encarcerado ou o ex-presidiário não é mais visto como um cidadão e nem como alvo legítimo de políticas públicas, outras formas de organização aparecem. Quando se vê o desenrolar desse processo, nos últimos 15, 20 anos, aparece aí o PCC, que já está se consolidando como instituição econômica e política. A grande sacada do PCC é estruturação e materialização de forma ágil. É um organismo vivo. A forma como eles [o crime organizado] agem é para criar uma potência econômica. Qual o interesse do PCC com Manaus, Rondônia e Natal? Para quem conhece a dinâmica, o que está claro é a busca

70

detentos de facções criminosas foram isolados nos presídios do Estado de São Paulo para evitar confrontos entre grupos rivais

pela conquista do tráfico internacional, ocupando rotas de entrada”, opina o pesquisador da **Unicamp** ao comentar sobre as rebeliões nos presídios brasileiros. (Leia mais sobre os conflitos carcerários nas páginas 6 e 8).

A reportagem do **Metro Jornal** entrou em contato com o departamento de Comunicação do Ministério da Justiça e Cidadania para que a pasta do governo federal se manifestasse sobre a pesquisa, porém não obteve retorno.



HIDAIANA ROSA

METRO CAMPINAS